

Caderno Pedagógico V

Glossário de Economia Solidária

Volume 05, Número 01 – 2017

Série Sociedade Solidária

Editor: Maria do Socorro de Sousa Araújo
Organização: Laudemir Luiz Zart
Revisão: Milena Carla Campello Jorge
Diagramação: Douglas Milton da Silva Oliveira
Capa: arte gráfica Evelyn Oliveira Cardoso Santos

Copyright@2017/Unemat Editora
Impresso no Brasil

Conselho Editorial: Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)

Ariel Lopes Torres
Luiz Carlos Chieriegatto
Mayra Aparecida Cortes
Neuza Benedita da Silva Zattar
Sandra Mara Alves Silva Neves
Severino de Paiva Sobrinho
Tales Nereu Bogoni
Roberto Vasconcelos Pinheiro
José Ricardo Menacho Tramarin de Oliveira Carvalho
Roberto Tikao Tsukamoto Júnior
Gustavo Laet Rodrigues

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Caderno Pedagógico: glossário de economia solidária / Universidade do Estado de Mato Grosso. - Vol. 05, n. 1 (2017)-. - Cáceres: UNEMAT Editora, 2017.

Vol. 05, n. 1; 24 p.;

ISSN 22362509

1. Educação. 2. Economia Solidária. 3. Zart, Laudemir Luiz (Org.). I. UNEMAT. II. TÍTULO. III: Glossário de Economia Solidária.

CDU 37.018.51

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037



Unemat Editora

Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavalhada

Fone/fax: (0xx65) 3221-0077

Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil

E-mail: editora@unemat.br

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 5610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Apresentação

Glossário de Economia Solidária

Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart

Reunimos no Caderno Pedagógico V definições de conceitos que integram o universo da linguagem da economia solidária. Tem como objetivo ser um material didático-pedagógico para a formação intelectual com grupos sociais populares para a compreensão teórica e das práticas sociais relativas às possibilidades e os limites da promoção e do desenvolvimento das ações de trabalho associado e coletivo.

A cultura da solidariedade é um desafio para todos e todas que têm como utopia a transformação das estruturas, das relações e das práticas sociais embasadas na competição, na concorrência, na exploração, na dominação política, econômica e cultural da sociedade globalizada e configurada segundo os princípios do capital.

Fundamentados pelos princípios da economia solidária vislumbramos caminhos para a construção social de valores, práticas e, por conseguinte, de estruturas e relações sociais que promovam a existência humana substanciada na cooperação, na colaboração, na reciprocidade, na participação, na igualdade social e no reconhecimento das diversas culturas que constituem o mosaico da sociedade brasileira.

Os compromissos científico-tecnológicos, a inserção na educação solidária e popular, as lutas culturais e ecológicas, os desafios nos processos de organização de empreendimentos econômicos solidários, da formação intelectual, política e técnica dos trabalhadores e das trabalhadoras da economia solidária constituem caminhos estruturantes de aprendizagens para a sociedade solidária.

Os conceitos inclusos neste Caderno Pedagógico resultam dos estudos e das práticas de trabalho social desenvolvidas na Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (INCUBEES) e do Núcleo Unemat-Unitrabalho da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). O material didático deve ser usado nas atividades formativas como ponto de partida para a aprendizagem e ser aprofundado com textos com as devidas referências teóricas.

Agroecologia: a agroecologia se constitui de forma complementar em um conjunto de princípios éticos e de práticas sociais de produção e de consumo embasados no cuidado com o meio ambiente (os ecossistemas) e nas culturas humanas, tanto na organização dos espaços do campo quanto dos espaços urbanos. A agroecologia é entendida como uma ciência que estabelece princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar e avaliar os agroecossistemas. O princípio científico é afirmado porque a agroecologia se aproxima das concepções de um desenvolvimento sustentável e integrado da sociedade, por isso a ecologia e a economia são dimensões interdependentes. Neste sentido, a agroecologia vai além da técnica, pois a incorpore, investiga e analisa os elementos culturais de manutenção e conservação da biodiversidade. Esta afirmação metodológica e epistemológica fundamenta-se nas dimensões das práticas sociais aprendidas pelos diferentes grupos sociais de conservação dos recursos bióticos e de proteção da qualidade ambiental. Além das dimensões biofísicas, a agroecologia estuda a cultura, reconhece e valoriza os conhecimentos populares e as relações sociais, isto é, tem como objeto de análise e de ação a totalidade interrelacional da cultura, da natureza, da economia e da sociedade. Assim compreende-se o processo de implantação de experiências, de observação e de aprendizagens por meio das organizações camponesas, comunidades tradicionais e ampliadas para as organizações urbanas. Os conhecimentos e as práticas agroecológicas se contrapõem a todas as formas de monocultura, uso de agrotóxicos, sementes transgênicas. Valoriza a pluricultura, a matéria orgânica, as sementes naturais. Se por um lado, tivemos na história mundial, com a modernização da agricultura, uma dinâmica que desapropriou os camponeses dos seus saberes, por outro temos, com a agroecologia, um movimento histórico que afirma a cultura camponesa e a dos povos tradicionais na sua historicidade de produção, de convivialidade social e de conservação da natureza. A tradição que se afirma nos movimentos sociais populares é a constituição de conhecimentos que se embasam na elaboração científica, não a tradicionalidade conservadora, estática e fechada, mas uma tradição que se inova a partir das experiências endógenas (das comunidades) e que se abre para o novo aprender e fazer. A agroecologia é o aprofundamento dos conhecimentos e das práticas em relação aos ecossistemas.

Autogestão: quando os empreendimentos econômicos solidários estão organizados ou em processo de institucionalização, desenvolvendo a cultura autogestionária. Está embasada nos princípios éticos da autonomia, da transparência, da consensualidade, da honestidade e da alteridade. Opõe-se aos processos de heterogestão, quando alguém com poder externo e separado do

grupo social impõe as normas a serem obedecidas. Esta relação é própria do modo de produção capitalista onde o proprietário, ou seus representantes – os executivos, determinam o que deve ser feito, o ritmo de trabalho, o valor das mercadorias e os ganhos dos trabalhadores. Há a separação entre o trabalho intelectual, de planejamento e avaliação, e o trabalho manual, de execução. Na autogestão os/as trabalhadores/as têm o domínio sobre os meios de produção, por isso não há a separação entre pensar e fazer, entre o trabalho e os resultados do trabalho. Há a superação da divisão social do trabalho, entre capital e trabalho, homem e mulher, branco, negro e índio, intelectual e braçal. A segunda superação é a divisão técnica do trabalho. Neste caso, tem-se o exercício da politecnia, como processo de aprendizagem por todos/as participantes das atividades que configuram a totalidade da organização econômica. Desta forma, quem planeja também executa e avalia. Compreende-se que o conjunto dos trabalhadores/as associados/as se inserem em todas as ações, e assim, aprendem e sabem como todas as partes e as etapas do trabalho funcionam. Na autogestão as responsabilidades políticas, técnicas, econômicas e ecológicas são compartilhadas. A qualidade dos serviços e dos produtos é observada na interação dos participantes. O cuidado com a imagem, o bom desenvolvimento, o cumprimento dos princípios e das normas consensualizadas são compartilhadas. O processo e ritmo de trabalho resulta da combinação no coletivo e a tomada de decisão decorre da participação direta de cada sujeito, homem e mulher. Os resultados econômicos são divididos em conformidade com o trabalho de cada membro participante. A administração do empreendimento associado necessariamente é criteriosa e transparente, deste modo, democrático participativo. A autogestão é a afirmação da cultura da solidariedade, da cooperação, da igualdade social, de gênero, da etnicidade reconhecida. A participação direta se dá na política e na economia. É a aprendizagem do homem novo e da mulher nova que se identificam na sociedade solidária e sustentável.

Auto-organização: é a competência política dos movimentos sociais populares, das entidades sindicais, eclesiais e dos empreendimentos econômicos solidários em organizar-se sem a interferência impositiva externa. Por meio dela, supera-se a cultura da heteronomia, isto é, da obediência exclusiva das normas de alguém, estranhas ao grupo social, hierarquicamente superior e que impõe a sua vontade, sua visão de mundo, seu modo de fazer. Em contraposição, afirmam-se as relações de autonomia, ou seja, a potencialidade das pessoas associadas de construir de forma interrelacional, participativa e coletiva as normas, que, quando aceitas, devem ser observadas, seguidas e/ou refeitas pelos integrantes em conformidade com os interesses e as

aprendizagens do coletivo. Para concretizar a auto-organização, parte-se do reconhecimento da cultura, da ética, dos saberes, das práticas, das tecnologias, do universo linguístico do grupo social que se propõe mobilizar e organizar. Afirmam-se o protagonismo dos sujeitos sociais para consolidar o estabelecimento de objetivos, metas e metodologias, configurando uma coletividade, isto é, um conjunto de pessoas associadas que agregam forças e esforços para alcançar uma finalidade específica e que representa a vontade consensuada dos participantes. As organizações não são entidades fechadas e isoladas da sociedade, sem a influência ideológica e política dos entornos. Neste sentido, há a necessidade de um processo contínuo de diálogo e de formação com os participantes. Para a efetivação desta necessidade, o grupo social associado pode buscar instituições que se tornem parceiras na concretização da competência auto-organizadora. Esta externalidade deve somente reforçar, ampliar e aprofundar os princípios, a vontade e as práticas de auto-organização.

Coletividade: é o paradigma da formação social que considera e substancia os princípios da convivialidade intersubjetiva como a mais relevante para o desenvolvimento da condição humana. Representa o encontro entre as pessoas que estabelecem a sua existência na valoração ética e política da agremiação e na configuração da organização social em forma de comunidade. É a afirmação da proximidade gerando a cultura do compartilhamento de costumes, interesses, crenças, valores. O estar em comum em todas as necessidades e possibilidades: materiais e espirituais. Na reciprocidade coletiva ocorre a construção de estruturas, organizações e relações sociais de corresponsabilidade para a elevação da humanidade do humano, portanto, da existência com bases de igualdade social e de reconhecimento das diferenças culturais, ou seja, nos valores e nas práticas sociais de participação integral do homem e da mulher nas organizações sociais.

Comercialização e Consumo Solidário: toda a produção dos empreendimentos econômicos solidários necessita, para sua viabilidade e desenvolvimento, de comercialização. Desta decorre a primeira dificuldade quando se avalia o mercado dominante, que são as relações de trocas orientadas pelos valores do capitalismo. A ética do capital impele as pessoas à competição, à concorrência e ao individualismo. Buscar vantagens sobre o trabalho do outro: pagar menos para ter mais. Na socioeconomia solidária os valores afirmados invertem as relações humanas: aprende-se e se socializa a cooperação, a solidariedade, a reciprocidade. No processo de desenvolvimento socioeconômico solidário afirma-se que o ser e o ter do outro é um completar-

se com o meu ser e o meu ter. O Eu e o Tu se fazem humanos na coexistência. Neste sentido, o mercado não é compreendido como a livre concorrência, o espaço da competição. Ele é um espaço e tempo de intercâmbio de produtos, de serviços, de tecnologias, de saberes, de práticas, de experiências. É a afirmação da cultura local, na sua diversidade, que, ao se reconhecer, potencializa as condições materiais e intelectuais de desenvolvimento. A comercialização solidária é a metodologia que realiza o encontro entre quem produz e quem consome. Não é a abstração do mercado de capitais, mas são as pessoas que se identificam pelo trabalho e os desejos de consumo, para satisfazer necessidades e promover as possibilidades de renda dos produtores, ampliando a capacidade de produção, de trocas, de diversificação e qualificação dos produtos. Na economia solidária o encontro entre produtores e consumidores gerou uma palavra nova – **prosumidores**, conceito que expressa a corresponsabilidade entre quem produz e quem consome. Quando a iniciativa está centrada no consumidor, que assume compromissos éticos e políticos com o desenvolvimento solidário e sustentável, a prática social é denominada de consumo solidário. Nas relações de consumo solidário há a promoção do trabalho associado e emancipador, o cuidado com o meio ambiente – por isso a agroecologia, pois possibilita o reconhecimento da diversidade cultural. No consumo solidário apreende-se que a atitude de consumir um produto promove-se uma determinada tipologia de desenvolvimento social.

Concertação Institucional: articulação entre entidades públicas, privadas, movimentos sociais para a harmonização, convergência e consecução de princípios, objetivos e metodologias comuns em projetos de desenvolvimento econômico, educacional, cultural em determinados territórios. É uma relação de cooperação que mantém a autonomia dos entes, mas que se comprometem, conforme a natureza do projeto, na locação de recursos materiais, financeiros, informacionais e na inserção de pessoas capacitadas para a realização das atividades alinhadas pela vontade política dos agentes implicados na rede de colaboração institucionalizada. É um processo de otimização dos recursos e das condições existentes em cada uma das entidades e que ao se correlacionar e gerar uma ambiência de interação, amplia as abrangências das ações e aprofunda as possibilidades de consistência dos resultados na promoção do desenvolvimento das comunidades e dos territórios. A concertação é um movimento político de afirmação de um modelo de desenvolvimento, no caso da economia solidária, o desenvolvimento solidário e sustentável.

Contextos Socioculturais: espaços e territórios nos quais as sociedades se organizam com base no conjunto das estruturas, dos valores e das práticas

sociais. São as circunstâncias que formam o modo de pensar, de ser e de agir dos grupos sociais. Os contextos históricos são configurados pelas desigualdades sociais e pelas lutas de resistência; por formas de dominação e de libertação; por processos de exploração econômica e por dinâmicas de trabalho associado; por poderes de dominação e organizações de promoção da emancipação; por situações de dominação sexista e por relações de gênero de convivialidade democrática; com ecossistemas degradados e por ambientes conservados. Compreender os contextos socioculturais é considerar a complexidade da existência humana na diversidade de condições materiais e as situações imateriais. É levar em consideração a objetividade e a subjetividade, o modo de ser e de se organizar as instituições, as ideologias, os fundamentos históricos, o presente e as posturas em relação ao futuro, as frustrações e as esperanças.

Cooperação: é a organização coletiva para o planejamento, execução e avaliação do trabalho associado. Operar ou trabalhar em conjunto. No modo de produção capitalista existe cooperação entre os/as trabalhadores/as na fábrica, no comércio, nos serviços. Sob o regime do capital, relação de trabalho de patrão e empregado, predominam as normas dos que dominam os meios de produção privados, que são as indústrias, o comércio, as terras, a mineração, o sistema financeiro. Porquanto os/as trabalhadores/as cooperam entre si, o resultado do trabalho não pertence a quem produz, mas ao proprietário do capital que, em uma relação contratual, compra a força de trabalho e, em troca, paga um salário. Desta relação de trabalho surge o lucro para o capitalista. Na economia solidária rompe-se com o círculo da exploração do trabalho ou, mais especificamente, com a lei objetiva de geração de mais-valia [lucro]. A cooperação no modo de produção solidário tem uma relação direta entre as condições materiais de trabalho e a subjetividade das pessoas participantes. Ela ocorre porque os meios de produção, condições materiais, são de propriedade dos/das trabalhadores/as. A subjetividade nas relações solidárias muda. Enquanto empregado/a deve ocorrer a obediência, submeter-se às leis de outrem, trabalhar sem questionar das condições e da finalidade. Na cooperação solidária as pessoas tornam-se sujeitos da sua história, portanto passam do medo para a ousadia, da obediência cega para a autonomia. Tais possuem um sentido complementar, os resultados do trabalho não serão apropriados por um único dono, mas serão distribuídos em conformidade com o trabalho de cada um/a. Os/as trabalhadores/as viverão dos esforços da força de trabalho aplicados em uma relação de trabalho social, ou seja, cooperação na produção, na comercialização e no usufruto dos resultados do trabalho.

Diagnóstico Participativo: o diagnóstico é uma leitura criteriosa e sistemática da realidade que envolve determinados grupos sociais. Significa a codificação de informações sobre as estruturas e as relações que caracterizam a existência em termos culturais, políticos, econômicos, ecológicos. É a realização da investigação compromissada com o entendimento, a explicação e a transformação da realidade avaliada como injusta e o desenvolvimento das potencialidades identificadas para o bem viver coletivo. A pesquisa é participativa porque ocorre o debate e a construção do objeto, do problema, da metodologia, das questões desde a concepção até o resultado final. Os resultados sistematizados e codificados são socializados com os grupos sociais em forma de seminários, textos, oficinas, para serem validados e se constituírem fontes de rigor científico e político para o planejamento, a proposição e a execução de projetos de desenvolvimento solidário e sustentável do grupo social, empreendimento, comunidade e/ou território, em conformidade com a abrangência das ações realizadas pelos sujeitos sociais implicados.

Democracia: cada vez que nos referimos à democracia estamos tratando de relações de poder. Em sociedades com histórias não democráticas, a concepção de poder é relacionada e/ou confundida com atitudes autoritárias, de dominação e de exploração. A etimologia da palavra nos remete ao sentido de 'poder do povo', o oposto às relações autocráticas em que o poder está centrado em um indivíduo que governa conforme seus interesses e desejos. A autocracia é uma forma de governo ditatorial que atende a mecanismos de controle do Estado embasados no delineamento de leis orientadas pelo privilegiamento de um grupo diretamente vinculado ao supremo chefe a quem atendem e por quem são atendidos. A democracia é, também, contraditória às relações de poder estabelecidas pela plutocracia. Esta é o governo dos ricos, que se constitui na elite dominante com todos os requintes e privilégios para um pequeno grupo que se julga superior aos demais. O critério de avaliação da suposta superioridade fundamenta-se nos argumentos do mérito individual. É a dominação pela meritocracia, alguém é e possui porque foi capaz, inteligente, investidor. No Brasil, predominam no grupo dos plutocratas os homens brancos-capitalistas. Ainda é oposta à democracia as relações de poder teocráticas, nelas a fonte do poder está em Deus e todas as relações são justificadas como uma inspiração ou uma ordem superior, portanto divina, e em nome de Deus será exercido. Diferente é a democracia, em que a fonte do poder é o povo e em seu nome será realizado. Vamos distinguir duas maneiras de organizar o poder democrático. A primeira caracterizamos como democracia liberal-burguesa, dominante no Brasil. Ela permite a participação

dos cidadãos nos limites da ordem estabelecida da estrutura do Estado e nas práticas formais legitimadas pelos órgãos institucionais. O formalismo democrático liberal conclama para a inserção cidadã, desde que as instituições sejam respeitadas, onde o auge da participação são as eleições, que oportuniza a escolha dos seus representantes, e permite aos cidadãos o direito de voz e de escolha. A cidadania, para ser exercida, deve seguir ritualísticas formais de requerimentos, de tempos rigidamente controlados de fala, de processos que consagram os autos. A democracia liberal, acima de tudo, é a afirmação da ideologia e do poder da classe burguesa e o Estado é organizado para atender a lógica política e econômica dos homens que controlam os meios de produção – os capitalistas. A segunda configuração de democracia é a organização política popular. A democracia popular é o movimento histórico de construção de condições materiais e substanciais para, além da formalidade, garantir a participação efetiva do povo em todo o processo do exercício do poder. A prática política se inicia no conhecimento real dos problemas sociais, na concepção crítica das situações sociais, na construção de uma agenda coletiva, na execução e na avaliação da política e no exercício do poder. O poder popular, por ser a expressão do povo na sua diversidade e desigualdade, é a capacidade argumentativa e de efetividade prática das demandas que emergem de todos os territórios onde existam pessoas na sua condição de trabalhadores e de trabalhadoras, homens, mulheres; negros, índios, brancos; jovens, crianças e idosos; heterossexuais e homossexuais; escolarizados e analfabetos. A democracia popular é o exercício do poder de todos/as com todos/as na afirmação e consolidação dos direitos, na ampliação de conquistas e na construção coletiva das condições objetivas e subjetivas, econômicas e culturais para a concretização ampla da participação democrática. A democracia popular é radicalmente transformadora, na qual se justifica nenhuma exclusão social. A explicação e a compreensão da história de dominação é um exercício com vistas à mudança social profunda para a vida em sociedade solidária.

Desenvolvimento Solidário e Sustentável: o conceito de desenvolvimento tem conotações diferentes e em conformidade com o enfoque que adotamos é que teremos interpretações e ações para a promoção da organização da sociedade. Predomina sob a perspectiva da sociedade do capital o sentido do progresso, do crescimento, da prosperidade. Às necessidades do capital se vinculam fatores do aumento, da expansão, da evolução. É a racionalidade linear que tem como meta o quantitativo de lucros e a taxa de acúmulo de capital. As medidas são anunciadas com base no crescimento geométrico do capital. A segunda significação do conceito de desenvolvimento está vinculada

à ideia de desdobramento, prolongamento, progressão, propagação, seguimento, construção, elaboração, criação. A este conjunto significativo são introduzidas múltiplas variáveis e complexificadas as relações sociais e cognitivas relativas à interpretação do desenvolvimento. É a racionalidade que incorpora as interdependências e as retroalimentações dos sistemas sociais e ambientais. Enquanto o crescimento econômico fundamenta-se em fatores exógenos (externas), o desenvolvimento é constituído a partir das bases endógenas (internas). Assim são incorporadas as dimensões sociais, culturais, ecológicas, educacionais, científicas e tecnológicas. O desenvolvimento se conecta à organização territorial. Por que solidário? A solidariedade é uma dimensão do desenvolvimento para a análise e a construção dos processos sociais de inclusão social. Tem como base as igualdades sociais em termos econômicos, culturais, ambientais. É a superação da dominação e da exploração de classe social, étnica, gênero, geracional. É a construção coletiva da cooperação e das relações de colaboração e de reciprocidade. A sustentabilidade é a afirmação da preservação e da conservação das dimensões naturais e culturais, o encontro do homem com a natureza pela sua história, pelas práticas sociais de conhecimento dos ecossistemas e de valorização ética do ser humano e todas as formas de vida tendo como horizonte o bem viver. O desenvolvimento solidário e sustentável constrói-se a partir do mundo do trabalho e incorpora as dimensões ambientais e das igualdades sociais.

Educação Popular: é uma das referências políticas e científicas mais importantes para a afirmação cultural do mundo vivido pelo conjunto diverso de grupos sociais subalternizados e oprimidos na estrutura e nas relações sociais. Reconhecemos que os conceitos de povo e popular são controversos. A elite brasileira historicamente difundiu percepções e gerou representações sociais que associou o sentido do popular a uma conotação de menoridade intelectual e cultural. Para contrapor tal imaginário é bom conhecermos a história do Brasil. Entre outras obras importantes, Darcy Ribeiro desenvolveu um pensamento que nos ajuda a visualizar a reconstrução histórica e antropológica do Povo Brasileiro (1995). Nela evidenciou as origens das matrizes do Brasil: a indígena, a negra e a branca. O Brasil se configura pelo encontro-desencontro dos povos, desde a colonização: a violência, a dominação, a exploração, a exclusão, a negação da cultura, do trabalho, da linguagem, dos gostos, da organização social, religiosa, econômica do índio, do negro e do branco empobrecido. O Brasil se constitui diverso e desigual. Neste sentido, povo e popular é o universo (multiverso, adverso) dos homens e mulheres que vivem e convivem com as características próprias da classe trabalhadora e nas relações sociais configuram identidades que se aproximam

nas condições concretas de existência. Educação popular é a afirmação superadora da concretude existencial das classes sociais populares. Por que afirmação? Porque ao considerar o modo de vida dos populares avalia-se sua existência como positiva na produção social do modo de ser e de ter. Por que superadora? Porque considera que as condições estruturais e materiais de redução à pobreza, à negação das identidades culturais, linguísticas, econômicas é própria do modo de ser das classes dominantes. A superação é o reconhecimento dos modos de ser, da ontologia social, dos povos que retomam sua cultura, sua história e fortalecem-na, ampliam e aprofundam com novos conhecimentos. Partimos do pressuposto que a educação popular dispõe de uma base social: os saberes e as práticas sociais. Todos os grupos sociais têm uma história, culturas, linguagens. O arcabouço desenhado nas relações sociais, nas escolhas políticas, nos encaminhamentos econômicos, nas ações ecológicas, constitui uma totalidade, mesmo quando desarticulados, de representações e de imaginários. As diversidades dos desenhos, das ilustrações, das colorações, são os saberes que configuram a existência dos grupos sociais. Os saberes se constituem dialeticamente com as práticas sociais. Na economia solidária parte-se dos conhecimentos, das experiências, das observações, do fazer e refazer, das aprendizagens da cotidianidade que necessitam de respostas e de soluções para questões-problema que tratam da produção, do trabalho, da comercialização, da vida social, da infraestrutura. É no movimento de problemas-soluções que os grupos populares geram as tecnologias sociais, conjunto de saberes e conhecimentos práticos capazes de responder às questões emergentes da organização da vida cotidiana. Na incubação solidária, deve-se promover o fluxo contínuo entre os saberes e as práticas dos grupos sociais com os conhecimentos científicos. Não pode haver dicotomia e nem hierarquia, mas o encontro de retroalimentação de saberes distintos.

Educação Solidária: constitui um complexo de valores e de práticas sociais que tem como fundamento a transformação da realidade social dominadora, exploradora, individualista. Seu foco é o desenvolvimento da ética participativa, da cultura da solidariedade, da política democrática, do trabalho associado, da intersubjetividade cooperante, da igualdade social, do reconhecimento da diversidade, da pedagogia da cooperação. É uma relação de ensino e de aprendizagem de valoração do ser humano, da capacidade crítica e criativa de imaginação, de invenção e de fazimento de relações sociais de reciprocidade, de mutualidade e de organização do trabalho a partir de bases coletivas e da distribuição equitativa dos produtos para o bem viver de todos e todas que se associam às organizações econômicas solidárias. É a

convivialidade entre o Eu e o Tu que reforça a corresponsabilidade pela existência, do constituir-se mais gente e do cuidado com o outro. A educação solidária é a base da formação intelectual para a construção social da economia solidária. São os intelectuais orgânicos comprometidos com a organização socioeconômica, cultural e política da classe trabalhadora. É, portanto, uma educação para a emancipação da humanidade.

Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis: são organizações econômicas que têm como finalidade a geração de trabalho e renda para os/as trabalhadores/as. Para ser solidário é necessário que os meios de produção sejam de propriedade coletiva e/ou com atividades compartilhadas, que o planejamento e a administração sejam autogestionários e os resultados do trabalho tenham a divisão e a distribuição em conformidade com o trabalho de cada associado/a. É imprescindível, também, que as funções no empreendimento desde o planejamento, a execução e as avaliações sejam exercidas por todos/as aplicando o princípio da politecnia, isto é, em que cada participante tenha conhecimento de todas as atividades a serem desenvolvidas. Desta forma, aplica-se a cooperação como metodologia de divisão técnica do trabalho. Há uma constante vigilância para a superação da divisão social do trabalho, portanto, a não discriminação e subjugação do trabalho de mulheres, jovens e idosos, mas a interação complementar entre habilidades manuais, força física, conhecimentos intelectuais e emocionais. Assim, faz-se necessário investir continuamente na formação técnica e na educação dos/as participantes para gerar e garantir a cultura da solidariedade. Para ser sustentável os empreendimentos econômicos solidários devem estar atentos para que as atividades desenvolvidas tenham como fundamento o cuidado com a natureza e a conservação do meio ambiente. Nestes empreendimentos articulam-se os princípios da diversidade cultural, o reconhecimento das etnias, das religiosidades, das práticas sociais e dos modos de vida dos grupos sociais.

Finanças Solidárias: é um processo social e de políticas públicas de geração de poupança e de concessão de créditos para a formação e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários e/ou a promoção social de grupos sociais para a superação de situações e condições de empobrecimento dos seres humanos. Não tem como finalidade os ganhos financeiros pelos empréstimos e a cobrança de taxas de juros, pois visa a promoção do trabalho associado e a qualidade de vida das pessoas e o cuidado com o meio ambiente. As finanças solidárias podem ocorrer por métodos distintos e complementares: fundos rotativos solidários, moeda social, bancos comunitários, bancos e/ou clubes de trocas (sementes, serviços, produtos, matrizes).

Incubação Solidária: é o desenvolvimento de processos educacionais populares complementares entre a mobilização, o reconhecimento da realidade, a formação, a organização e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis. A mobilização é a energia política aplicada na junção de pessoas e na conjugação de interesses e objetivos num direcionamento comum. A ação mobilizadora é geradora de consensos possíveis em uma coletividade disforme e conflituosa. O reconhecimento é o estudo da realidade concreta em termos econômicos, culturais, ecológicos e políticos para o devido desenvolvimento de ações de educação e organização econômica com os grupos sociais. É a realização do diagnóstico participativo para a explicação e a compreensão coletiva das condições materiais e culturais que configuram a existência dos grupos sociais. A formação é o processo de capacitação técnica e a aprendizagem política para a interpretação crítica da realidade e a competência organizativa de processos coletivos. Ela é um campo complexo de desconstrução de valores dominantes como o egoísmo, o individualismo, a competição, a concorrência a fim de gerar valores como o altruísmo, a colaboração, a cooperação, a reciprocidade. É a caminhada para afirmar a cultura da solidariedade. A organização está no campo da institucionalidade. São atividades regradas e realizadas com base em uma visão de ordem. A organização dos grupos sociais pode ocorrer a partir da constituição de grupos informais, mas terão entre si um começo de escopo organizativo, com a afirmação combinada de procedimentos, atitudes e valores. Este combinado avança para o registro de atas, de tabelas de controle de compras e vendas, de quadro de trabalhos realizados, de planos de trabalho e de planejamento de desenvolvimento do empreendimento. O avançar na formação da organização econômica demanda a institucionalização com a escrita e o registro do estatuto, dos controles contábeis, da adequação às normas jurídicas. Apesar de ter margem de possibilidades, a institucionalização é também a submissão do empreendimento às regras do Estado, através da Receita Federal, da Junta Comercial, do fisco. A institucionalização permite participar de concorrências públicas, em comprar e vender no mercado, emitir notas fiscais. O desenvolvimento do empreendimento significa a capacidade de investimentos financeiros e econômicos. Nela destaca-se a perspectiva de crescimento do trabalho, da renda, da distribuição. Ademais, utiliza como visão a ampliação das atividades produtivas e de consumo, na oferta de uma variabilidade maior de produtos e de serviços para os/as associados/as e à comunidade de consumidores/as.

Individualidade: no processo de construção de organizações sociais coletivas há a necessidade de valoração da individualidade, esta definida pelas

características e atributos que desenham a originalidade e a unicidade da existência de cada ser humano. Cada sujeito é próprio nas suas emoções, percepções, crenças, gostos, valores. É um fazer-se constantemente gente na relação com outros seres humanos. Portanto cada indivíduo é próprio, mas se forma pessoa na relação e interação com outras pessoas a partir dos seus contextos sociais e culturais. As individualidades se constituem cooperantes ou competidores, egoístas ou solidários, concorrentes ou colaboradores em conformidade com as experiências de vida. Neste sentido, a individualidade e coletividade são dois conceitos complementares para a constituição de processos sociais solidários. Conceitos antagônicos são as atitudes individualistas, que compreendem o indivíduo como um átomo isolado na sociedade e que dele depende, exclusivamente, o seu fracasso ou o seu crescimento. Na sociedade de competição a individualidade que se forma é a do Eu que deve rebaixar, desprezar, desconsiderar o Tu. Nas formações sociais que prezam pela cultura da cooperação, a individualidade valorada é a que desenvolve práticas sociais do Eu que vai ao encontro do outro, das atitudes do trabalho conjunto, das dinâmicas coletivas de crescimento mútuo, do prezar as potencialidades do Tu.

Planejamento Participativo: o planejamento é a capacidade de mobilizar e articular recursos para a execução de determinados fins. Definimos os recursos como intelectuais, materiais, financeiros e culturais. Os intelectuais são as competências necessárias para a organização de sistemas que partem da avaliação das condições presentes e projetam as condições futuras desejadas. É o estabelecimento de objetivos e de metas a serem concretizadas. Incluem-se nestas condições as metodologias de articulação, de proposição, de avaliação, bem como a justificação da escolha de métodos e técnicas de conformação do plano de ação. Os recursos materiais são as condições objetivas disponíveis e necessárias para o desenvolvimento. São os meios para a realização das atividades propostas, espaços físicos, a logística, a comunicação, o mercado de compra e venda, os produtos, as máquinas. Os recursos financeiros caracterizam-se pela quantidade de crédito de dinheiro necessário para a viabilidade econômica do empreendimento solidário. Os recursos culturais são as práticas sociais que configuram as relações sociais do grupo social e/ou do empreendimento. São os gostos, os costumes, as percepções, as visões de mundo, a ética, as tendências e a subjetividade que aproximam ou afastam as pessoas. No planejamento de um empreendimento econômico solidário as diversas dimensões devem ser consideradas como importantes para o desenho do plano de desenvolvimento. Por que é participativo? É porque a metodologia que afirma os princípios da democracia, na qual o poder de análise e avaliação

da realidade estão sob a responsabilidade do coletivo. As proposições, a escolha dos caminhos, o que e como será feito conectam-se ao poder de decisão das pessoas que integram o empreendimento solidário. Serão também estas responsáveis pela consecução dos fins propostos. Assim, o planejamento participativo é um complexo de atividades de interação de pessoas que exercem o poder coletivamente.

Política: é a arte de bem cuidar da coisa pública? É a capacidade de barganhar e impor os interesses privados sobre os coletivos? A primeira pergunta leva ao sentido original da palavra. Os gregos faziam a filosofia política para expressar a ideia fundamental da boa administração da coisa pública: da cidade, do Estado. Sendo assim, política neste é uma ciência e uma prática social. Ciência, pois, estuda as relações humanas em sociedade. A ciência política discute e estabelece os princípios e os processos organizacionais da vida em sociedade e neste sentido procura explicar e compreender as formas de poder. Desde os gregos, há a defesa da democracia. Ela presume a participação de todos os cidadãos e cidadãs na gestão das coisas públicas: educação, saúde, a ciência, a tecnologia; como também a rua, a praça, a habitação, o meio ambiente, o preço do feijão, da carne, o valor do salário, etc. Nestes termos, tudo é definido pela política, posto que define as opções, o direcionamento e a concretização ou não de determinados projetos sociais. A política é uma prática social porque traduz os relacionamentos humanos, podendo ser autocrático, poder de imposição de um só – indivíduo ou grupo, ou plutocrático, quando uma pequena elite se julga superior e única capaz de governar porque é mais inteligente. Também podem ser totalitárias, nas quais as relações de poder são negadas os direitos sociais, políticos, econômicos. Neste caso, os direitos humanos são desrespeitados. É nos regimes totalitários e autoritários que o sentido da política é corrompido, porque quem detém o poder necessita, para assegurar os seus privilégios ocultar as verdades e impedir a participação. Desta forma, para a construção de uma sociedade justa e igualitária, portanto solidária, é preciso redimensionar o processo histórico para a compreensão da política que realiza a análise e a crítica da situação vivida e influir nas possibilidades utópicas. Para a concretização da sociedade solidária as relações de poder devem ser democráticas, por isso é um processo participativo. Na democracia a política é concebida e praticada no sentido original, os cidadãos e as cidadãs decidindo os rumos da economia, da educação, da cultura, dos direitos fundamentais. A democracia, além do exercício formal da política e do direito ao voto. A política democrática orienta para a existência social em que os valores substanciais da vida são valorados e praticados na integralidade. A política é, neste sentido, a construção das relações sociais humanas necessárias para as vivências solidárias e sustentáveis.

Redes de Colaboração Solidária: sua finalidade é integrar os empreendimentos econômicos solidários vinculados às atividades de produção, promover a interligação da comercialização, da prestação de serviços e da realização do consumo solidário. As redes têm a possibilidade de aproximar as organizações sociais e educacionais para o intercâmbio de produtos, a troca de experiências, de metodologias e de conhecimentos para o fortalecimento da cultura da solidariedade. Tem a potencialidade de promover o encontro, a fluidez e a organicidade das entidades e dos atores participantes dos movimentos da economia solidária.

Socioeconomia Solidária: para compreendermos o significado do conceito de socioeconomia solidária recorreremos à sua etimologia. A palavra economia provém do grego e é formada pela combinação de *oikós* e *nomia*. *Oikós* significa casa, o lugar, o meio onde moramos, vivemos, trabalhamos, produzimos, consumimos. A casa é percebida como uma totalidade, ela pode ser a nossa morada, a rua, o bairro, o assentamento, o município, a nação, o planeta. Objetiva dizer que, há sempre uma dimensão, um espaço, que é formado por diversas coisas: naturais e/ou culturais (fabricadas pelo ser humano). *Nomia* quer dizer, norma, regulamento, lei. As normas são estabelecidas em conformidade com a moral e a cultura dominante das sociedades. Então, já podemos dizer que a economia é o conjunto das normas que regem as nossas condutas em determinados espaços. Mas elas não são estabelecidas de forma aleatória, são estudadas e fixadas em conformidade com interesses de grupos ou de classes sociais e, por isso, as riquezas produzidas são distribuídas de forma igualitária ou de forma desigual que deixa poucos muito ricos (os capitalistas) e muitos pobres (os/as trabalhadores/as). Ao ser uma maneira de organizar e compreender a sociedade, a economia é também uma ciência, que estuda as formas de organização social, da produção e da distribuição dos bens materiais e imateriais entre as pessoas. Desta maneira, percebe-se que a economia não se restringe aos significados restritos da economia capitalista, a busca do lucro, da acumulação monopolista do capital. Na economia do capital predominam os valores do mercado, do individualismo, da concorrência, da competição. É a cultura dominante. Na socioeconomia solidária, os valores a serem vivenciados são a comunidade, a reciprocidade, a coletividade, a colaboração, a solidariedade. Vamos compreender mais: a solidariedade, conforme a origem grega da palavra quer dizer *solidus*, ou seja, algo sólido. Portanto, uma sociedade onde todas as pessoas possam viver sem depender de outro, mas na interação solidária construir as condições necessárias de vida. Porém, a solidez, ou a solidariedade, somente é possível se for superada a propriedade privada dos

meios de produção, fonte da exploração do ser humano. Assim já podemos interligar a economia e a solidariedade, e, afirmar que a socioeconomia solidária é uma forma de organização da sociedade para a produção e distribuição dos bens materiais e imateriais embasados na coletividade, no trabalho associado, na corresponsabilidade, na participação, na democracia, na mutualidade, na autogestão, na cooperação. Uma organização na qual os/as trabalhadores/as controlam os meios de produção e neles trabalham. É a economia que supera a divisão social do trabalho, porque quem pensa também faz e quem faz, pensa: é a afirmação da politecnicidade, e mais: quem trabalha ganha e ganha porque trabalha, sem ser explorado. A moral solidária, ou em termos estruturais mais amplos, socialista, é a construção de uma economia política que coloca na centralidade os valores éticos, filosóficos, culturais da classe trabalhadora. Assim, a socioeconomia solidária é a economia política que estuda e pratica a forma de organização da sociedade embasada nos valores e nas práticas sociais do trabalho associado.

Tecnologias Sociais: com base na organização dos movimentos sociais, dos debates nas universidades e das entidades de fomento de projetos sociais como a Fundação Banco do Brasil e a criação da Rede de Tecnologias Sociais (RTS) compreendem-se as tecnologias sociais como um conjunto de artefatos, de técnicas e de metodologias replicáveis em contextos culturais, sociais, econômicos e ecológicos distintos. As tecnologias sociais resultam das ações e da criatividade coletiva para a resolução de problemas concretos vivenciados por determinados grupos sociais. Remetem para projetos de desenvolvimento social que tem como horizonte a transformação das realidades de exclusão social para a afirmação dos princípios do desenvolvimento solidário e sustentável. A efetividade das tecnologias sociais é avaliada com base nas capacidades e nas possibilidades de soluções geradas para a ampliação do bem viver das populações. São propostas inovadoras e de interação entre os saberes populares, os conhecimentos científicos e os tecnológicos para a efetividade de processos de produção, de industrialização, de comercialização e de consumo adequados aos diversos territórios. Fundamenta-se na promoção da participação social, no processo de organização coletiva e comunitária, adequando a ciência e a tecnologia às realidades sociais concretas. A construção social do conhecimento é a matriz mobilizadora e organizadora de agentes de desenvolvimento social para a viabilidade da adequação sociotécnica.

Trabalho Associado: processo de organização da produção associada está conectada às práticas sociais de superação da exploração do trabalho, da

geração da mais-valia, isto é, do lucro. É o trabalhar juntos. São as experiências a partir do sistema de cooperação dos/as trabalhadores/as, tendo como fundamento o controle coletivo dos meios de produção e da distribuição igualitária dos resultados do trabalho. O poder político é exercido por procedimentos democráticos e participativos. É a efetividade da autogestão. É a concretude da aprendizagem e da convivialidade da cultura da solidariedade. Possui como horizonte a superação da dominação do capital. Inclui a superação da discriminação e da exploração de gênero, grupo étnico ou geracional. Ao vivenciar a cooperação no trabalho, há a geração de uma nova cultura, portanto, a construção de uma pedagogia da cultura do trabalho associado.

Bibliografia

- ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- MACHADO, Ilma Ferreira. **A Organização do Trabalho Pedagógico em uma Escola do MST e a Perspectiva de Formação Omnilateral.** Campinas/SP: Editora RG, 2010.
- MANCINI, Euclides André. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: formação e o Sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, Josivaldo Constantino dos. **Processos Participativos na Construção do Conhecimento em Sala de Aula.** Cáceres, MT: UNEMAT Editora, 2003.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- ZART, Laudemir Luiz e SANTOS, Josivaldo Constantino dos (Org.). **Educação e Sócio-economia Solidária: interação universidade – movimentos sociais.** Cáceres: Unemat Editora, 2006.
- ZART, Laudemir Luiz e VAILANT, Clovis (Org.). **Incubação em Economia Solidária: empreendimentos em rede e resistência camponesa.** Cáceres: Unemat Editora, 2014.